MACROECONOMIA

O BRASIL NÃO ENFRENTA UMA CRISE ECONÔMICA

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

RECORRENTEMENTE, A mídia, analistas e vários economistas têm utilizado a expressão "crise econômica" para se referir ao momento atual pelo qual passa a economia brasileira. De fato, o momento atual tem sido pontuado por um processo de queda do produto e aumento do desemprego, além de uma inflação bem acima do limite superior da meta para inflação estipulada para este ano.

A realidade dos fatos, no entanto, é outra. O Brasil, atualmente, não enfrenta uma crise econômica de fato. Na verdade, as crises típicas de economias emergentes, em geral, são relacionadas a crises cambiais, crises bancárias, crises financeiras ou crises da dívida pública (seja interna ou externa). Atualmente, a economia brasileira não enfrenta nenhuma crise de tais naturezas.

O que está ocorrendo no momento atual, de fato, é um processo de ajuste econômico recessivo. Tal fenômeno decorre da inversão da política econômica do Governo ocorrida no início de 2015, que passou a ser centrada no combate à inflação e no ajuste das contas públicas.

Para entender esse processo, é preciso, antes de tudo, recordar a forma como a política econômica foi conduzida no primeiro mandato da presidente Dilma. Nesse sentido, vale lembrar que a economia brasileira recuperou-se rapidamente da crise financeira internacional, detonada no segundo semestre de 2008. Após um breve período de recessão, o Brasil voltou a crescer já no segundo semestre de 2009, apresentando uma expressiva recuperação no ano seguinte. Os motores desta recuperação foram, basicamente, os incentivos fiscais e a expansão do crédito que foram estimulados pelo Governo.

No início de 2011, estes estímulos começaram a perder força, e, claramente, era o momento de inverter o eixo da expansão da demanda agregada para um foco maior nos investimentos produtivos. O Governo, no entanto, prosseguiu na estratégia de estimular o crédito, de diferentes formas e modalidades, e incentivos fiscais em diversos setores. Mesmo assim, essa ação se mostrou ineficiente para estimular o aumento do PIB (Produto Interno Bruto), e as taxas de crescimento durante o período 2011-2014 foram baixíssimas. Mais do que isso, a despeito dos alardes do Governo, os investimentos produtivos no País continuaram em patamar baixo, o que limitou a expansão da capacidade produtiva e o aumento da produtividade no período.

O insucesso das medidas adotadas no sentido de estimular o crescimento econômico e os investimentos produtivos no Brasil fez com que o Governo dobrasse, a cada momento, sua aposta nessa estratégia. Nesse sentido, mesmo com a inflação dando mostras de alta e de desvio do centro da meta de 4,5%, o Banco Central afrouxou a política monetária ao longo de 2012, o que alimentou ainda mais o processo inflacionário. Para tentar manter suas apostas e aliviar as pressões inflacionárias, o Governo concedeu desconto na energia elétrica, redução de impostos de itens da cesta básica etc. Mesmo assim, a inflação brasileira, medida pelo IPCA, seguiu subindo ao longo de 2013 e 2014. O Banco

Central iniciou o processo de elevação da taxa de juros em abril de 2013, mas de forma lenta e com um grau de aperto relativo incompatível com o processo de elevação da inflação em curso. Nesse meio tempo, os excessos fiscais praticados pelo Governo começaram a cobrar sua conta, e um dos pilares da estabilidade, o superávit primário, deixou de existir, sendo verificado um déficit no ano passado.

As apostas do Governo no período 2011-2014 em termos de inflação, crescimento econômico e aumento dos investimentos produtivos foram malsucedidas, e a situação tornou-se claramente insustentável no final do ano passado. A troca da equipe econômica, orientada para o ajuste das contas públicas e o maior foco no combate à inflação, representou uma clara inversão da estratégia da política econômica do período anterior.

Nesse sentido, a recessão a qual o País atravessa neste momento não é fruto de crise econômica alguma (doméstica ou internacional), mas sim de uma reorientação de política econômica e da necessidade de um ajuste fiscal com caráter recessivo e de uma política monetária mais orientada para o combate à inflação.

Em outras palavras, este ano será marcado por uma recessão econômica (fruto do ajuste necessário), com aumento do desemprego até o final do ano. As questões que restam residem em duas dimensões: a velocidade de queda da inflação e sua convergência para o centro da meta e quando (e como) se dará a retomada do crescimento econômico brasileiro. ■

ISTOCKPHOTO

